

# Sistematização aprova projeto de

O PAÍS • 5

## Constituição

BRASÍLIA — Com a abstenção do Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, a Comissão de Sistematização aprovou ontem o texto final do projeto de Constituição que será submetido ao plenário no início de dezembro. A sessão foi marcada por pronunciamentos de vários constituintes que trocaram elogios sobre o desempenho da Comissão nos 55 dias gastos na votação do substitutivo do Relator Bernardo Cabral.

O Presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos, anunciou, ao fim da sessão, os dados fornecidos pela Secretaria da Sistematização sobre o trabalho dos 93 constituintes nos dois meses de trabalho. Foram feitos 768 encaminhamentos a favor de emendas e 682 contra — num total de 1.450 —, realizadas 509 votações e examinados 2.612 destaques.

Em seu discurso, Cabral destacou o esforço intelectual e físico dos constituintes durante as votações, informou que 95 por cento do texto original foram mantidos e que, ao contrário do que se afirma, o projeto não é estatizante ou xenóforo. Afirmando que a Comissão produziu "um trabalho digno do Brasil e dos brasileiros", acrescentou:

— Estou certo de que o plenário da Constituinte saberá resguardar conquistas magníficas que irão resgatar os brasileiros do estatuto de desproteção constitucional ainda vigente.

Ao despedir-se da Presidência da Sistematização, cargo que dividiu com os Senadores Fernando Henrique Cardoso e Jarbas Passarinho e os Deputados Aluizio Campos e Brandão Monteiro, o Senador Afonso Arinos citou uma frase de Benjamin Franklin, pronunciada no dia da assinatura do projeto de Constituição americana, em 1787. Lembrando que Franklin, com ele, era o mais velho constituinte e tinha à época a mesma idade sua, Arinos repetiu:

— Por haver vivido muito, fui levado a mudar de opinião várias vezes, em assuntos importantes. Assim, aceito este projeto.

O único incidente que marcou o encerramento dos trabalhos foi a questão de ordem levantada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, a respeito de uma emenda sua e do Deputado Mendes Thame, sobre os aposentados. Thame também protestou e denunciou que a sua proposta havia sido retirada da pauta de pre-

ferências, elaborada pelas lideranças partidárias, pelo Líder de seu partido, Deputado José Lourenço. Disse que a atitude de Lourenço foi uma represália à sua decisão de votar pelo mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney.

José Lourenço defendeu-se afirmando que não é homem de agir pelas costas e, quando pediu a substituição de dez membros da Comissão por defenderem o parlamentarismo, o fez da tribuna.

— Não iria impedir que Mendes Thame apresentasse a sua emenda. Só que Sua Excelência poderia ter procurado para defender a proposta e não o fez. Ocorreu que escolhi outra, entre centenas apresentadas por constituintes do meu partido, sobre a mesma matéria.

A última sessão de votação, iniciada na noite de terça-feira e encerrada aos cinco minutos da madrugada de ontem, foi como uma síntese dos 55 dias de trabalho. Por divergências entre as lideranças, que não colocaram em votação o Artigo 61 das Disposições Transitórias, a estabilidade para funcionários não concursados da administração direta e indireta foi aprovada por decurso de prazo.

## DPF aplaude reforma em terra com maconha e coca

BRASÍLIA — A emenda do Deputado José Elias Murad (PMDB-MG) que institui o confisco das terras onde o proprietário plantar maconha, coca ou epadu (planta alucinógena usada pelos índios da Amazônia em seus rituais), aprovada anteontem pela Comissão de Sistematização, foi recebida com grande entusiasmo pela Polícia Federal. "É uma grande vitória. Vai ajudar muito a inibir essa prática ilegal", afirmou o relações públicas do Departamento de Polícia Federal (DPF), Delegado Paulo Marra.

Se aprovada pelo plenário da Assembléia Nacional Constituinte, a nova lei atingirá principalmente extensas áreas agrícolas da região de Floresta, no ser-

tão de Pernambuco, limite com o Norte da Bahia. Em sucessivas operações, a última denominada "Águia de Ouro", desencadeada há dois meses na região, a Polícia Federal destruiu mais de 156 plantações de maconha, erradicando, numa só propriedade, a Fazenda Jaburicá, cerca de um milhão de pés da erva.

Segundo Marra, no Vale do São Francisco, na Bahia, é comum os grandes proprietários levantarem créditos do Governo supostamente para projetos de irrigação, mas na realidade para custear vastas plantações de maconha. Pela emenda aprovada, essas áreas serão desapropriadas para fins de reforma agrária.

## Governo tentará derrubar jornada e estabilidade

Telefoto de Gilberto Alves

BRASÍLIA — Uma sucessão de derrotas, culminando com a redução do mandato do Presidente José Sarney para quatro anos. É o que significaram para o Palácio do Planalto os dois meses de trabalho da Comissão de Sistematização. Embora com a ressalva do Líder Carlos Sant'Anna de que o Poder Executivo só atuou como tal nos casos do sistema de governo e do mandato, ele já se prepara para tentar derrubar no plenário itens como a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho.

— É um saldo de derrota parcial. Esta foi apenas uma etapa. Vai dar muito trabalho, mas nós vamos ter uma boa Constituição — afirmou ontem Sant'Anna, ao ser interrogado sobre as derrotas do Palácio do Planalto na Comissão de Sistematização.

Os interesses do Governo no plenário deverão ser atendidos pela sé-



Carlos Sant'Anna: 'Vamos ter uma boa Constituição'

rie de emendas substitutivas que o chamado "Centrão" apresentará. Segundo Sant'Anna, deverão ser alterados pontos como a estabilidade no emprego, a jornada de trabalho de 44 horas e o dispositivo que determina

a imprescritibilidade das causas trabalhistas para recurso à Justiça.

Além disso, não agradam ao Governo o fato de o terrorismo não ter-se tornado crime imprescritível e inafiançável — ao contrário da tortura — e o capítulo da reforma tributária passando a receita de diversos impostos aos Estados e municípios mas mantendo os encargos da União. Segundo o Líder, este último item "foi muito desgastante para o erário". Mas ele reconhece que dificilmente conseguirá qualquer mudança em plenário na questão tributária.

Os artigos referentes à reforma agrária — que remetem a questão da imissão de posse à legislação ordinária — devem, segundo Carlos Sant'Anna, ser melhor examinados antes de ser definido o apoio à sua manutenção ou não.

Entre as numerosas decisões criticadas, houve também algumas que agradaram ao Governo, como a manutenção do papel das Forças Armadas de defender a ordem interna e a anistia nos moldes do substitutivo do Relator Bernardo Cabral. Os dois dispositivos ficaram com a redação preferida pelos Ministros militares, mas nem isso faz com que sejam encarados como vitória do Planalto na Comissão de Sistematização.

— Eles devem ser creditados à consciência da Assembléia Nacional Constituinte em relação ao momento político nacional. — disse o Deputado Alcení Guerra (PFL-PR).

## Benevides espera Ulysses para mudar o Regimento

BRASÍLIA — O Presidente em exercício da Assembléia Nacional Constituinte, Senador Mauro Benevides (PMDB-CE), vai aguardar o regresso do Deputado Ulysses Guimarães para retomar as negociações finais em torno da reforma do Regimento Interno da Assembléia, pretendida pelo "Centrão", grupo que reúne "moderados" de vários partidos. Benevides acredita que até Ulysses voltar a Brasília possivelmente neste fim de semana, já lhe poderá apresentar um esboço da proposta de negociação.

O Senador não quis revelar as alternativas em discussão, mas adiantou que será muito difícil abrir mão do número de 187 constituintes — um terço do plenário — como o mínimo indispensável para pedidos de preferências.

O Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Terceiro-Secretário da Mesa da Constituinte, afirma que é preciso garantir que o terço do plenário possa requerer preferência, para assegurar a chance de formação de

pelo menos três grupos nas discussões, facilitando as perspectivas de acordos políticos. Só acha que a Mesa não pode ser intransigente, porque avalia o total de membros do "Centrão" em pelo menos 350.

Já o Líder do PC do B, Deputado Aldo Arantes (GO), acha que o número de integrantes do "Centrão" não pode ser medido dessa forma, pois, se o grupo tem inegavelmente maioria quanto à questão regimental, não teria nas discussões de mérito.

O Primeiro-Secretário da Mesa, Deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), acha que não será possível aceitar a proposta do "Centrão", de que também o substitutivo da Comissão de Sistematização precisaria de 280 votos para ser aprovado. Segundo ele, isto se choca com a tradição legislativa, pela qual todo projeto é colocado em discussão e aprovado com a ressalva dos destaques, ficando para estes a prova de que tem maioria para derrubá-lo.